

SE Narandiba S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias 31 de dezembro de
2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração regulatório 2019	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	8
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
1. A SE NARANDIBA S.A.	4
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	4
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO	5
3.1. Subestações em operação	5
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA	5
7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
7.1. Resultado Econômico Financeiro	6
8. ESTRUTURA DE CAPITAL	6
8.1. Perfil da Dívida	6

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2019, a SE Narandiba S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

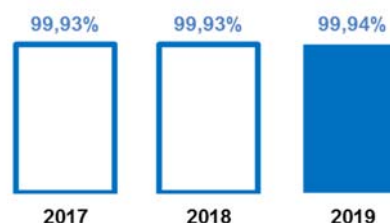
1. A SE NARANDIBA S.A.

A **SE Narandiba S.A.** ("SE NARANDIBA") é uma companhia fechada estabelecida em 18 de agosto de 2008, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma sociedade de propósito específico (SPE) e possui 100% de participação nas Subestações de Narandiba, Brumado II 230/138kV e Extremoz II.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2019, a taxa de disponibilidade da SE Narandiba foi de 99,94%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a SE Narandiba esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Brumado II	-	230/138	-	100	21/09/2014	27/08/2042
Extremoz II	-	230/69	-	300	04/07/2015	10/05/2042
Narandiba	-	230/69	-	300	06/06/2011	28/01/2039

Subestações em Operação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Brumado II	100	2.044,75	2.044,75	2023	Julho	IPCA
Extremoz II	100	3.256,31	3.256,31	2022	Julho	IPCA
Narandiba	100	9.759,91	9.759,91	2024	Julho	IPCA

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

RAP Esperada - R\$ mil								
Subestação	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brumado II	1.968,68	1.953,74	2.044,75	2.044,75	2.044,75	2.044,75	2.044,75	2.044,75
Extremoz II	2.823,65	3.111,37	3.256,31	3.256,31	3.256,31	3.256,31	3.256,31	3.256,31
Narandiba	9.533,80	9.805,99	9.759,91	9.759,91	9.759,91	9.759,91	9.759,91	9.759,91

Nota 1: Conforme orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de 2018 a 2022 foram mantidos em moeda constante de 31/12/2018, portanto, não foram reajustados pelo IPCA e/ou IGPM.

Nota 2: Já foram incluídos os efeitos da Revisão Tarifária de 2017 para e Extremoz II e 2018 para Brumado II

Nota 3: Os valores apresentados no ciclo 2019/2020 já estão considerando a revisão tarifária da Narandiba.

Nota 4: Os valores apresentados nos anos 2017, 2018 e 2019 se referem às RAP's homologadas para os ciclos dos referidos anos. Cada ciclo corresponde ao período: de julho do ano até junho do ano seguinte.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

7.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2019	2018	2019 X 2018	
			R\$	%
Receita Bruta	15.198	16.465	(1.267)	(7,70)
Deduções da Receita Bruta - Tributos	(555)	(601)	46	(7,65)
Encargos Parcela A	(718)	(722)	4	(0,55)
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	13.925	15.142	(1.217)	(8,04)
Custo Não Gerenciável - Parcela A	-	-	0,03	0 (100,00)
Custo Gerenciável - Parcela B	(2.300)	(4.833)	2.533	(52,41)
Amortização / Depreciação	(3.496)	(3.495)	(1)	0,03
Resultado da Atividade	8.129	6.814	1.315	19,30
EBITDA	11.625	10.309	1.316	12,77
Resultado Financeiro	(544)	(1.624)	1.080	(66,50)
Lucro Antes dos Impostos	7.585	5.190	2.395	46,15
IR e CSLL	(497)	(510)	13	(2,55)
Lucro (Prejuízo) do Período	7.088	4.680	2.408	51,45

A Receita Bruta de Narandiba foi de R\$ 15.198 mil, apresentando redução de 7,7% em comparação ao mesmo período de 2018, quando a companhia registrou R\$ 16.465 mil.

Os Custos e Despesas Operacionais, entre custos gerenciáveis e não gerenciáveis, registraram o montante de R\$ 3.018 mil, uma redução de 45,7% quando comparados aos custos de 2018 (R\$ 5.555 mil). O Resultado Financeiro Líquido da Companhia em 2019 foi uma despesa de R\$ 544 mil, redução de 66,5% vs. despesa financeira registrada em 2018.

Considerando os fatores acima mencionados, a SE Narandiba registrou EBITDA de R\$ 11.625 mil, aumento de 12,77% quando comparado a 2018 e Lucro Líquido de R\$ 7.088 mil (R\$ 2.408 mil acima do registrado em 2018).

8. ESTRUTURA DE CAPITAL

8.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da Narandiba, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 10.358 mil (dívida líquida R\$ 7.974 mil), apresentando uma redução de 38% em relação a dezembro de 2018, quando a dívida bruta foi de R\$ 23.087 mil (dívida líquida R\$ 20.147 mil).

Em dezembro de 2019, a Narandiba contava com 63,3% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 36,7% no longo prazo.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela SE Narandiba S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da SE Narandiba S.A. e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da SE Narandiba S.A..

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da SE Narandiba S.A. sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

SE Narandiba S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SE Narandiba S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da SE Narandiba S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a SE Narandiba S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A SE Narandiba S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de abril de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

SE Narandiba S.A.
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante		3.899	4.837
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.384	2.940
Consumidores e permissionárias	6	1.381	1.807
Tributos compensáveis	8	41	38
Despesas pagas antecipadamente		54	1
Outros ativos		39	51
Não circulante		93.791	93.636
Tributos compensáveis	8	5.151	5.121
Depósitos judiciais e cauções	14	99	-
Imobilizado	9	88.541	88.515
Total do ativo		97.690	98.473
Passivo			
Circulante		33.085	39.839
Fornecedores	7	724	421
Empréstimos e financiamentos	10	6.552	13.585
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	25.483	25.483
Tributos a pagar	11	267	230
Encargos setoriais	13	15	115
Outros passivos		44	5
Não circulante		4.160	9.692
Fornecedores		-	-
Empréstimos e financiamentos	10	3.806	9.501
Provisão para litígios	14	104	-
Encargos setoriais	13	240	173
Outros passivos		10	18
Total do passivo		37.245	49.531
Patrimônio líquido			
Capital social	15	67.654	63.239
Reservas de lucros		87.937	72.939
Prejuízos acumulados		(95.146)	(87.236)
Total do patrimônio líquido		60.445	48.942
Total do passivo e do patrimônio líquido		97.690	98.473

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita / Ingresso	16	15.198	16.465
Disponibilização do sistema de transmissão		15.198	16.465
Tributos		(555)	(601)
PIS		(99)	(107)
Cofins		(456)	(494)
Encargos - Parcela "A"		(718)	(722)
Taxa de fiscalização		(47)	(51)
Reserva global de reversão - RGR		(532)	(524)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(139)	(147)
Receita líquida		13.925	15.142
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	-
Taxa de fiscalização		-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		13.925	15.142
Custos gerenciáveis - parcela "B"		(5.796)	(8.328)
Material		(171)	(83)
Serviços de terceiros		(1.867)	(2.179)
Arrendamento e aluguéis		(27)	(4)
Provisões líquida - PCLD		(2)	(21)
Tributos		(66)	(169)
Depreciação e amortização		(3.496)	(3.495)
Outras despesas operacionais		(164)	(2.377)
Resultado da atividade		8.129	6.814
Resultado financeiro	17	(544)	(1.624)
Receitas financeiras		155	81
Despesas financeiras		(699)	(1.705)
Lucro antes dos impostos		7.585	5.190
Despesa com impostos sobre o lucro		(497)	(510)
Lucro líquido do exercício		7.088	4.680
Lucro por ação do capital - R\$		0,105	0,074

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	7.088	4.680
Outros resultados abrangentes		-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>7.088</u>	<u>4.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros				Lucros / prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção	Outras reservas de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	57.654	2.022	-	5.796	6.909	(30.928)	41.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.680	4.680
Transações com os sócios:							
Aumento de capital social	5.585	-	-	-	-	-	5.585
Destinações:							
Reserva Legal	-	3.047	-	-	-	(3.047)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.776)	(2.776)
Reserva de Lucros a realizar	-	-	60.961	(5.796)	-	(55.165)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.239	5.069	60.961	-	6.909	(87.236)	48.942
Lucro líquido do exercício						7.088	7.088
Transações com os sócios:							
Aumento de capital social	4.415						4.415
Destinações:							
Reserva Legal		750				(750)	-
Reserva de Retenção de Lucros					10.686	(10.686)	-
Reserva obrigatória de dividendos não distribuído					3.562	(3.562)	-
Dividendos propostos							-
Reserva de Lucros a realizar							-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.654	5.819	60.961	-	21.157	(95.146)	60.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	7.088	4.680
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.777	7.726
Depreciação e amortização	3.496	3.495
Imposto de renda e contribuição social	497	510
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras receitas e despesas financeiras	678	1.458
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	-	2.242
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas contas a receber	2	21
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	95	-
Atualização das provisões para contingências e desmantelamento	9	-
	11.865	12.406
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Concessionárias e permissionárias	426	(377)
IR e CSLL a Recuperar	(1)	76
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(32)	-
Depósitos judiciais	(95)	-
Despesas pagas antecipadamente	(53)	(1)
Outros ativos	12	(23)
	257	(325)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	303	148
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(2.884)	(3.570)
Encargos setoriais	(33)	71
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(541)	(338)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	81	(89)
Outros passivos	29	22
	(3.045)	(3.756)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.077	8.325
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.522)	(64)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.522)	(64)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social	4.415	5.585
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(10.526)	(12.182)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.111)	(6.597)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	556	1.664
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.940	1.276
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.384	2.940
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	556	1.664

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a SE Narandiba S.A. ("Narandiba" ou "Companhia") está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

A Narandiba é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2008 com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em 03 de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011 e o contrato de concessão de transmissão 004/2009 ANEEL foi outorgado em 28 de janeiro de 2009 com vigência de 30 anos. Através da resolução autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços nas instalações da subestação Narandiba com a instalação de um novo transformador de 100 MVA 230/69kV. A obra foi concluída em fevereiro de 2014.

Além do Contrato citado anteriormente, a Companhia sagrou-se vencedora dos leilões 06/2011 (realizado em 16/12/2011) e 05/2012 (realizado em 06/06/2012), cujos objetos correspondem às Subestações de Extremoz II e Brumado II 230/138kV, respectivamente.

As instalações do contrato de concessão 009/2012, assinado em 10/05/2012, referente à subestação Extremoz II, iniciaram a operação comercial 03/07/2015. Já as instalações do contrato de concessão nº 023/2012, assinado em 27/08/2012, referente à subestação Brumado II 230/138kV, iniciaram a operação comercial em 23/09/2014.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda em relação ao contrato de concessão 009/2012, encontra-se em operação comercial desde o dia 15/05/2016 o quinto bay de 69kV da SE Extremoz II, construído para atender ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo órgão regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 23, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 10 de junho de 2020, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 21 de estimativa do valor justo.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2019, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	15	7
Fundos de investimento	2.369	2.933
	2.384	2.940

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

	2019	2018
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo	2.369	2.930
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	3
Total CEC - Fundos Exclusivos	2.369	2.933

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2019	2018
Terceiros	223	250
Partes relacionadas (nota 18)	1.195	1.594
(-) Provisão para devedores duvidosos	(37)	(32)
Total	1.381	1.812

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia									
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1.366	-	2	1	1	48	(37)	1.381	1.812
TOTAL	1.366	-	2	1	1	48	(37)	1.381	1.812

7. FORNECEDORES

	2019	2018
Materiais e serviços		
Terceiros	304	302
Partes relacionadas (nota 18)	420	119
Total	724	421

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2019	2018
Imposto de Renda – IR	1	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	2	2
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	5.153	5.121
Imposto sobre Serviços - ISS	36	36
Outros	-	-
Total	5.192	5.159
Circulante	41	38
Não circulante	5.151	5.121

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Transmissão	106.895	-	-	106.895	-	-	83.931	87.428
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.563	-	-	10.563	-	(3.299)	7.264	7.676
Máquinas e equipamentos	96.325	-	-	96.325	-	(19.660)	76.665	79.748
Móveis e utensílios	7	-	-	7	-	(4)	3	4
Subtotal	106.895	-	-	106.895	-	(22.963)	83.932	87.428
Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Transmissão	1.087	3.522	-	4.609	-	-	4.609	1.087
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	92	-	92	-	-	92	-
Terrenos	-	142	-	142	-	-	142	-
Máquinas e equipamentos	39	471	-	510	-	-	510	39
Outros	1.048	2.817	-	3.865	-	-	3.865	1.048
Total do Ativo Imobilizado	107.982	3.522	-	111.504	-	(22.963)	88.541	88.515

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	-	471	-	471
Terrenos	-	38	104	142
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	92	-	92
Adiantamentos a Fornecedores	2.817	-	-	2.817
Total das Adições	2.817	601	104	3.522

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

		2019			2018	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
Transmissão		-	-	-	-	-
Custo histórico	13	106.895	(22.963)	83.932	87.428	87.428
		106.895	(22.963)	83.932	87.428	
Em curso						
Transmissão		4.609	-	4.609	1.087	
		4.609	-	4.609	1.087	
		111.504	(22.963)	88.541	88.515	

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Estrutura (Torre)	2,70
Transformador de força	2,86
Transformador de medida	3,33
Chave seccionadora	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimp lente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimen to Final	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	857	5.695	3.806	10.358									
14_DIV_BB BNDES_2010.06	5	2.834	0	2.840	Sim	28/06/2010	Aval/Fiança	TJLP	5%	15/01/2020	15/01/2020	15/07/2020	SAC
14_DIV_BB BNDES_2012.10_EX	2	682	1.421	2.106	Sim	20/12/2012	Aval/Fiança	TJLP	3%	15/01/2020	15/01/2020	15/01/2023	SAC
14_DIV_BB BNDES_2012.10_BR	2	801	1.603	2.406	Sim	06/12/2012	Aval/Fiança	TJLP	3%	15/01/2020	15/01/2020	15/12/2022	SAC
14_DIV_BM_2014.03	844	1.143	0	1.987	Sim	26/03/2014	Aval/Fiança	CDI	0%	26/03/2020	26/03/2020	26/03/2020	Price
14_DIV_BB BNDES_2014.03	2	235	782	1.019	Sim	10/06/2014	Aval/Fiança	TJLP	3%	15/01/2020	15/01/2020	15/04/2024	SAC

Abertura dos ativos financeiros - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Saldo total
Caixa e Aplicações Financeiras	2.384
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	2.384

Para o quadro acima considera-se como ativo financeiro apenas o caixa e equivalentes de caixa.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
Dívida Bruta	857	5.695	3.806	10.358	23.087
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	857	5.695	3.806	10.358	23.087
Ativos Financeiros	-	(2.384)	-	(2.384)	(2.940)
Alta Liquidez	-	(2.384)	-	(2.384)	(2.940)
Dívida Líquida	857	3.311	3.806	7.974	20.147

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2019	2018
Imposto de Renda – IR	60	89
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	38	53
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	25	-
Programa de Integração Social – PIS	8	10
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	37	44
Impostos e contribuições retidos na fonte	99	34
	267	230

SE Narandiba S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido societário do exercício	14.998	13.982
Constituição de reserva legal (5%)	(750)	(3.047)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	14.248	10.935
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>3.562</u>	<u>2.731</u>
<u>Dividendos pagos e propostos:</u>		
Dividendos declarados	-	2.731
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.562	-
Total bruto	<u>3.562</u>	<u>2.731</u>

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	22.752
Declarados	2.731
Saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	<u>25.483</u>

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2019	2018
Reserva global de reversão – RGR	-	45
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	15	13
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	234	225
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica – TFSEE	4	4
Ministério de minas e energia - MME	2	1
Total	<u>255</u>	<u>288</u>
Circulante	15	115
Não circulante	240	173

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para contingências está detalhada abaixo:

	Cível
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Constituições	95
Atualização	9
Saldos em 31 de dezembro de 2019	104

Cível

Referem-se à ações de natureza fundiária, que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel ações de natureza indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo danos materiais cujos valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 446 (R\$ 401 em 31 de dezembro de 2018), referente à ação indenizatória, à terceiros, por danos causados durante a instalação das redes de transmissão.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019
Cíveis	99
Total	99

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 67.654 (R\$ 63.239 em 31 de dezembro de 2018) dividido em 67.654.000 ações ordinárias (63.239.000 ações ordinárias em 2018), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações ordinárias		R\$
	Quantidade	%	
Neoenergia	67.654	100,00	67.654
Total	67.654	100,00	67.654

Em 2019 a Companhia aumentou capital social no montante de R\$4.415, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

b) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	7.088	4.680
Média ponderada das ações emitidas	67.654	63.239
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,105	0,074

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Ref.	2019	2018
Receita operacional			
Receita de transmissão – rede básica	(a)	15.198	16.465
Deduções à receita			
PIS/COFINS		(555)	(601)
Encargos- Parcela “A”			
RGR – Reserva global de reversão		(532)	(524)
TFSEE – Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica		(47)	(51)
P&D – Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		(139)	(147)
		13.925	15.142

(a) Receita operacional

A receita de transmissão – Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 004/2009 – Linha de Transmissão e são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	152	81
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	4	-
Total	156	81
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(680)	(1.456)
IOF	(2)	(5)
Encargos P&D/PEE	(12)	(12)
Outras despesas financeiras	(6)	(232)
Total	(700)	(1.705)
Resultado financeiro líquido	(544)	(1.624)

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2019	2018	2019	2018
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u>					
COELBA	(a)	761	1.369	9.035	10.631
CELPE	(a)	4	5	44	47
COSERN	(a)	410	191	3.142	2.648
ITAPEBI	(a)	-	-	3	3
TERMO PERNAMBUCO	(a)	-	1	5	5
NORTE ENERGIA S.A.	(a)	12		119	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	-	-	4	4
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	(a)	-	-	3	-
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES	(a)	3	4	41	37
ELEKTRO REDES	(a)	5	5	54	61
		1.195	1.575	12.450	13.436
<u>Serviços administrativos</u>					
COSERN		(1)	(18)	(10)	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A	(b)	(419)	(101)	(1.296)	(1.185)
		(420)	(119)	(1.306)	(1.185)
<u>Dividendos e JSCP</u>					
NEOENERGIA S/A	(c)	(25.483)	(25.482)	-	-
		(25.483)	(25.482)	-	-
TOTAL		(24.708)	(21.323)	11.144	12.251
Circulante		775	1.475		-
Não Circulante		(25.483)	(22.798)		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Referem-se aos contratos de uso do sistema de transmissão.
- (b) Refere-se aos contratos de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, corrigidos anualmente pela variação do IPCA, com vigência até 2020.
- (c) Refere-se aos dividendos a pagar.

19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**a. Considerações gerais e políticas**

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c. Gestão de risco de mercadoRisco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.369 (R\$ 2.933 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2020	2021	2022	2023
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	10.358	10.714	-	6.750	1.816	1.765	383
Fornecedores	724	724	724	-	-	-	-

e. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.384	2.940
Empréstimos e recebíveis		
Concessionárias e permissionárias	1.381	1.812

f. Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	2.369	104	(26)	(52)

21. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

		2019		2018	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		1.381	1.381	1.812	1.812
Concessionárias e permissionárias	2	1.381	1.381	1.812	1.812
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.384	2.384	2.940	2.940
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		11.082	11.082	23.508	23.508
Fornecedores	2	724	724	421	421
Empréstimos e financiamentos	2	10.358	10.358	23.087	23.087

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

22. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - operações	30/11/2018 a 31/05/2020	100.000	35
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2019 a 31/05/2020	140.811	108

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balancos patrimoniais

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		3.899	16.845	20.744	4.837	14.796	19.633
Caixa e equivalentes de caixa		2.384	-	2.384	2.940	-	2.940
Concessionárias e permissionárias		1.381	(13)	1.368	1.807	(11)	1.796
Tributos compensáveis		41	-	41	38	-	38
Concessão do serviço público (ativo contratual)	23.1	-	16.858	16.858	-	14.807	14.807
Despesas pagas antecipadamente		54	-	54	1	-	1
Outros ativos circulantes		39	-	39	51	-	51
Ativo não circulante		93.791	84.187	177.978	93.636	78.026	171.662
Tributos compensáveis		5.151	-	5.151	5.121	-	5.121
Depósitos judiciais e cauções		99	-	99	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	23.1	-	172.728	172.728	-	166.542	166.542
Imobilizado	23.1	88.541	(88.541)	-	88.515	(88.516)	(1)
Total do ativo		97.690	101.032	198.722	98.473	92.822	191.295
Passivo							
Passivo circulante		33.085	-	33.085	39.839	-	39.839
Fornecedores		724	-	724	421	-	421
Empréstimos e financiamentos		6.552	-	6.552	13.585	-	13.585
Tributos a pagar		267	-	267	230	-	230
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		25.483	-	25.483	25.483	-	25.483
Encargos setoriais		15	-	15	115	-	115
Outros passivos circulantes		44	-	44	5	-	5
Passivo não circulante		4.160	5.886	10.046	9.692	5.586	15.278
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		3.806	-	3.806	9.501	-	9.501
Provisão para litígios		104	-	104	-	-	-
Encargos setoriais		240	-	240	173	-	173
Tributos diferidos	23.2	-	5.840	5.840	-	5.586	5.586
Outros passivos não circulantes	23.1	10	46	56	18	-	18
Total do passivo		37.245	5.886	43.131	49.531	5.586	55.117
Patrimônio líquido							
Capital social		67.654	-	67.654	63.239	-	63.239
Reservas de lucros		87.937	-	87.937	72.939	-	72.939
Lucros ou Prejuízos Acumulados	23.4	(95.146)	95.146	-	(87.236)	87.236	-
Total do patrimônio líquido		60.445	95.146	155.591	48.942	87.236	136.178
Total do passivo e do patrimônio líquido		97.690	101.032	198.722	98.473	92.822	191.295

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		15.198	8.237	23.435	16.465	3.737	20.202
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	23.1	15.198	8.237	23.435	16.465	3.737	20.202
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-
Receita de Construção		-	-	-	-	-	-
Tributos		(555)	-	(555)	(601)	-	(601)
PIS		(99)	-	(99)	(107)	-	(107)
Cofins		(456)	-	(456)	(494)	-	(494)
Encargos - Parcela "A"		(718)	-	(718)	(722)	-	(722)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(139)	-	(139)	(147)	-	(147)
Reserva Global de Reversão - RGR		(532)	-	(532)	(524)	-	(524)
Taxa de fiscalização		(47)	-	(47)	(51)	-	(51)
Receita líquida		13.925	8.237	22.162	15.142	3.737	18.879
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"					-	-	-
Custo de Construção		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		13.925	8.237	22.162	15.142	3.737	18.879
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(5.796)	(73)	(5.869)	(8.328)	5.681	(2.647)
Material		(171)	-	(171)	(83)	-	(83)
Serviços de terceiros		(1.867)	-	(1.867)	(2.179)	-	(2.179)
Arrendamento e aluguéis		(27)	-	(27)	(4)	-	(4)
Provisões líquidas – PCLD		(2)	-	(2)	(21)	-	(21)
Provisões líquidas - contingências		(3)	-	(3)	-	-	-
Multas regulatórias		(66)	-	(66)	(169)	-	(169)
Depreciação e amortização	23.3	(3.496)	3.496	-	(3.495)	3.495	-
Outras Gastos Operacionais		(164)	(3.569)	(3.733)	(2.377)	2.186	(191)
Resultado da Atividade		8.129	8.164	16.293	6.814	9.418	16.232
Resultado Financeiro		(544)	-	(544)	(1.624)	-	(1.624)
Despesas financeiras		155	-	155	(1.705)	-	(1.705)
Receitas financeiras		(699)	-	(699)	81	-	81
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		7.585	8.164	15.749	5.190	9.418	14.608
Despesa com impostos sobre os lucros	23.2	(497)	(254)	(751)	(510)	(115)	(625)
Lucro líquido do exercício		7.088	7.910	14.998	4.680	9.303	13.983
Lucro por ação		0,10		0,22	0,07		0,22

1.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

1.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados sobre a margem de construção, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

1.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

1.4. Prejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

24. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2019	2018
Saldos no início do exercício	155.591	136.178
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(95.146)	(87.236)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(19.135)	(19.135)
Atualização do ativo contratual da concessão (CPC 47)	(8.407)	(3.737)
Adoção inicial CPC 47	(50.582)	(50.582)
Adoção inicial CPC 48	13	11
Realização da reserva de reavaliação regulatória	(20.645)	(17.149)
Baixa de imobilizado	(2.230)	(2.230)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	5.840	5.586
Saldos no fim do exercício	60.445	48.942

25. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2019	2018
Lucro líquido conforme contabilidade societária	14.998	13.983
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(7.910)	(9.303)
Reversão da atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Reversão dos efeitos do ativo contratual (IFRS 15)	(4.668)	(5.923)
Reversão da depreciação (ICPC 01)	(3.496)	(3.495)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	254	115
Lucro líquido regulatório	7.088	4.680

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.